



Universidade de Brasília — UnB

Faculdade UnB de Planaltina — FUP

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública — PPGP

Área de avaliação na CAPES: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

Modalidade: Mestrado Profissional

Brasília, 31 de Maio de 2017

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO	3
2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS.....	4
3. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA.....	5
4. PROCESSO SELETIVO, ESTRUTURA CURRICULAR E TRABALHO FINAL DO CURSO	6
5. CORPO DOCENTE.....	8
6. INFRAESTRUTURA	11
Anexo 1. Ementa e bibliografia das disciplinas	12

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO

O mestrado profissional em Gestão Pública tem sede no *campus* da Universidade de Brasília em Planaltina — FUP. A FUP foi inaugurada em 2005 e faz parte da política de expansão e democratização do ensino superior da Universidade de Brasília — UnB. A política de expansão e democratização das universidades dobrou o número de vagas na UnB no período de uma década, saindo de 4.047 vagas em 2005 para 8.424 em 2015.

A FUP iniciou suas atividades em 2006 com um corpo docente de 10 professores e 70 alunos matriculados nos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Bacharelado em Gestão do Agronegócio. Em 2007, foi criado o curso de Licenciatura em Educação do Campo e, em 2008, foram criados os cursos noturnos de Bacharelado em Gestão Ambiental e a Licenciatura em Ciências Naturais.

Em 2011, a FUP criou o seu primeiro programa de pós-graduação, o Mestrado em Ciências de Materiais (PPG-CIMA). Nos anos subsequentes, instituiu-se o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) em 2012, bem como o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP) em 2013, ambos na modalidade de Mestrado. Em 2014, teve início o primeiro curso de Doutorado na instituição, por meio da criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Nessa data, e com menos de uma década de funcionamento, a FUP registrava 1.293 alunos matriculados, 1.187 na graduação e 106 na pós-graduação.

A criação do PPGP foi fruto da reunião dos professores dos cursos de graduação em Gestão do Agronegócio e de Gestão Ambiental. Tais cursos têm a convergência para a área pública, especialmente porque ambos foram concebidos a partir do conceito de gestão, que compreende a reflexão e a ação, na confluência de distintas áreas de conhecimento: ciências sociais, ciências econômicas, administração e direito. Observa-se ainda que o currículo de ambos os cursos discute questões relacionadas às políticas públicas e ao desenvolvimento, à regulação de políticas públicas e ainda a políticas públicas ambientais e ao território. A partir desta concepção, no ano de 2008, iniciou-se a discussão para a criação e implantação de um programa de Mestrado na área. A proposta foi amadurecendo com a chegada de novos professores ao *campus* e, em 2012, elaborou-se a proposta de um Mestrado Profissional na área de Gestão Pública, tendo sido aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES em 2013.

A opção pela modalidade de Mestrado Profissional é decorrente do perfil profissional dos professores que compõem os cursos de gestão da FUP e,

principalmente, pela demanda por capacitação/qualificação, em nível de pós-graduação, vinda de servidores do setor público. Portanto, aderente aos objetivos dos Mestrados Profissionais, uma vez que esses são voltados para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, ao privilegiar o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A literatura da área pública tem registrado desde meados da década de 1990 as importantes transformações pelas quais a gestão pública vem passando, especialmente no que diz respeito à redefinição do papel do Estado e dos modelos de gestão adotados. Apresenta-se aqui um Estado preocupado com a eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

Diante desse cenário, o governo federal, estados e municípios encontram o desafio de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que são atribuídos pela sociedade. Dentro dessa perspectiva, somente o Poder Executivo Federal é constituído por 349 órgãos localizados em todo o território brasileiro. São 612.603 servidores federais ativos no Poder Executivo: administração direta, autarquias e fundações, Banco Central, Ministério Público, empresas públicas, sociedades de economia mista dependentes, inclusive Forças Armadas. Esse contingente de servidores públicos é responsável pela execução das políticas públicas em âmbito social, político e econômico que se materializam no atendimento às necessidades dos cidadãos. No que diz respeito à Região Centro-Oeste há um contingente de 1.047.709 e, no Distrito Federal, área de localização do PPGP, o número de servidores na ativa chega a 426.059.

Ao agrupar, portanto, o número de servidores e a modernização do Estado, o Governo Federal instituiu diversos programas de incentivo à modernização da Administração Pública no Brasil. São eles, entre outros: a) GesPública, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos ao cidadão e aumentar a competitividade do país; b) Carta de Brasília (MPOG e CONSAD) para promover a modernização da gestão pública, incluindo a capacitação da força de trabalho, a revisão dos processos de trabalhos e intensificação de esforços intra e inter governos; c) PNAGE, com a finalidade de modernizar a gestão e o planejamento dos estados brasileiros; d) PMAE, visando à modernização da gestão municipal; e e) o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) , com o objetivo de capacitar pessoal para atividades de gestão do serviço público brasileiro. Isso revela a prioridade e

a necessidade da profissionalização, o que requer formação adequada de alto nível em gestão pública.

Assim, o Mestrado Profissional em Gestão Pública demonstra a preocupação do *campus* UnB de Planaltina em atender de forma inovadora e pioneira uma demanda existente, bem como em contribuir para o desenvolvimento da ação do setor público no âmbito do território, tendo como objetivos fundamentais:

I. Participar ativamente – por meio de projetos de cooperação, intercâmbios, programas de pesquisa e extensão – da configuração e do fortalecimento de redes sociais e científicas nacionais e internacionais envolvendo pesquisadores e planejadores comprometidos com os princípios das funções essenciais do Estado, da sustentabilidade regional, da transparência na gestão dos territórios;

II. Formar profissionais capazes de atuar na gestão do setor público em suas múltiplas escalas: organizações públicas, áreas metropolitanas, cidades ou áreas rurais. Formação esta capaz de estimular e disseminar práticas comprometidas com a gestão e a execução de políticas públicas de desenvolvimento do território, assim como o impacto destas ações junto à sociedade;

III. Construir conhecimento, atendendo demandas específicas e propiciando arranjos produtivos, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local.

IV. Transferir conhecimento para a sociedade, para que ela seja capaz de analisar os impactos e imbricações das políticas públicas contemporâneas fundamentadas na participação e na descentralização das populações no território.

3. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública tem como área de concentração a **Gestão Pública e Territórios**, com duas linhas de pesquisa:

1. **Estado, Território e Políticas Públicas**: desenvolve estudos empíricos sobre políticas públicas e suas implicações para o desenvolvimento territorial, enfatizando o papel do Estado e as articulações com os diversos atores sociopolíticos por meio de arranjos de governança, participação e gestão, relacionados à implementação e monitoramento de políticas públicas. Privilegia temas como desenvolvimento territorial, desenvolvimento e inovação do setor público, processo decisório, relações intergovernamentais, redes políticas, arranjos institucionais e participação social na gestão do território.

2. Instrumentos de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública: estuda, monitora e avalia políticas públicas e programas governamentais, bem como os efeitos que as instituições e os sistemas políticos exercem nestes processos. Inclui as novas abordagens em políticas públicas: intersetorialidade, redes sociais e transversalidade. Privilegia análises empíricas sobre a aplicabilidade de instrumentos de monitoramento e de avaliação em temas como impacto ambiental, política agrária, políticas sociais, inovação tecnológica, sustentabilidade, cidadania e competitividade das atividades organizadas a partir dos arranjos produtivos locais.

De uma maneira geral, cada linha de pesquisa contempla, pelo menos, cinco docentes permanentes do PPGP, havendo professor que atua em mais de uma linha.

4. PROCESSO SELETIVO, ESTRUTURA CURRICULAR E TRABALHO FINAL DO CURSO

O período de seleção do PPGP é anual e disponibiliza, no máximo, 20 vagas em cada processo seletivo. O processo seletivo é composto das seguintes etapas: 1) avaliação do currículo e do pré-projeto de pesquisa do candidato; 2) prova escrita e oral. A forma de avaliação de cada etapa do processo seletivo é de competência da Comissão de Seleção, a qual é aprovada pelo Colegiado ou pela Comissão de Pós-Graduação – CPG do PPGP e composta por professores do Programa. A avaliação da capacidade de leitura e compreensão em língua inglesa é definida pelo Programa e estabelecida no edital de seleção.

Para a obtenção do diploma de Mestre no PPGP, os estudantes deverão integralizar, um mínimo de 22 créditos entre disciplinas obrigatórias e optativas, concluir 40 horas em atividades complementares, submeter um artigo técnico ou científico em periódico indexado e ser aprovado em exame de qualificação. As disciplinas obrigatórias correspondem a 10 créditos. Os créditos restantes para atingir o mínimo exigido podem ser obtidos a partir da escolha entre 46 créditos em disciplinas optativas, conforme disponibilidade de oferta do programa.

As disciplinas do PPGP classificam-se conforme as normas de pós-graduação da UnB e, devido ao programa possuir apenas uma área de concentração, são organizadas da seguinte maneira:

I - Tronco Comum, constituído de disciplinas de interesse de todas as áreas de concentração do curso, constituindo o núcleo de estudos básicos e gerais;

II - Domínio Conexo, constituído de disciplinas de Pós-Graduação *stricto sensu* oferecidas pela Universidade de Brasília.

A organização, a classificação e o número de créditos das disciplinas do PPGP são apresentadas no Quadro 1. No Anexo 1 encontra-se a ementa e a bibliografia das disciplinas.

Quadro 1. Organização, classificação e número de créditos das Disciplinas do PPGP

	DISCIPLINAS			
	OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS		
TRONCO COMUM	Fundamentos da Gestão Pública (3 créditos)	Políticas Públicas e Território (2 créditos)	Indicadores Socioeconômicos e Ambientais (2 créditos)	Modelos de Análise de Políticas Públicas (2 créditos)
		Avaliação de Programas e Projetos Governamentais (3 créditos)	Instrumentos de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública (2 créditos)	Arranjos Federativos e Políticas Públicas no Brasil (2 créditos)
	Economia do Setor Público (3 créditos)	Gestão de Pessoas no Setor Público (2 créditos)	Avaliação Ambiental Estratégica (2 créditos)	Orçamentação e Finanças Públicas (3 créditos)
	Estado, Governo e Políticas Públicas (2 créditos)	Tópicos Especiais em Gestão Pública I (2 créditos)	Território e Processos de Desenvolvimento (2 créditos)	Gestão de Projetos e Processos (2 créditos)
		Tópicos Especiais em Gestão Pública II (2 créditos)	Análise Aprofundada de Casos (2 créditos)	Políticas Públicas, Gestão e Sustentabilidade (2 créditos)
		Gestão da Qualidade no Setor Público (2 créditos)	Inovação e desenvolvimento territorial (2 créditos)	Políticas Públicas e Planejamento Governamental no Território (2 créditos)
		Ética na Gestão Pública (2 créditos)	Prática de Docência (2 créditos)	
	DOMÍNIO CONEXO	Teoria e Prática da Pesquisa Científica (2 créditos)	Métodos Quantitativos Aplicado à Gestão Pública (2 créditos)	Métodos Qualitativos Aplicado à Gestão Pública (2 créditos)

Além de cumprir as exigências curriculares previamente estabelecidas, a obtenção do diploma de Mestre no PPGP está condicionada à elaboração de uma dissertação de autoria exclusiva do estudante, defendida em sessão pública e aprovada por uma Comissão Examinadora. O trabalho de pesquisa deve, preferencialmente, ser voltado para problemas relevantes da organização de trabalho do estudante, e estar estreitamente vinculado aos conteúdos desenvolvidos durante o curso. A estrutura da dissertação deverá obedecer a um dos dois formatos seguintes:

I - Estrutura contendo, no mínimo, as seguintes seções: Introdução (podendo ou não estarem inclusos os objetivos e justificativas); 2) Referencial Teórico (revisão da literatura; fundamentação teórica; levantamento bibliográfico); 3) Metodologia; 4) Resultados e Discussões; 5) Considerações Finais ou Conclusões; 6) Referências.

II - Estrutura em capítulos, em que cada capítulo contenha as seções exigidas em um artigo técnico ou científico. A dissertação deve conter um mínimo de dois capítulos alinhados ao mesmo tema.

5. CORPO DOCENTE

O corpo docente do PPGP constitui-se de uma equipe multidisciplinar de 13 professores, somando diversidade, qualificação e experiência profissional para atuar nos diversos temas relacionados à Gestão Públicas O Núcleo Docente Permanente — NDP é composto por 11 professores e dois professores atuam como colaboradores do programa (Quadro 2).

Quadro 2. Corpo Docente e resumo do currículo dos professores do PPGP

NÚCLEO DOCENTE PERMANENTE — NDP
<p>Prof. Dr. Alexandre Nascimento de Almeida Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília — UnB, mestrado e doutorado em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná — UFPR na área de economia, política e administração florestal. Especialização em <i>Business Management</i> pela <i>Association of Business Executives</i> — ABE, Grã-Bretanha. É professor há 6 anos no ensino superior, desenvolvendo pesquisa na área de economia, política e administração ambiental e florestal. No PPGP desenvolve pesquisas com abordagens quantitativas e qualitativas nos diversos setores da Administração Pública. Possui 67 artigos publicados em periódicos, entre outros.</p>
<p>Prof. Dr. André Nunes Doutor e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Especialista em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas. É professor da Universidade de Brasília no programa de Mestrado em Gestão Pública. É diretor de Orçamento de Estatais na Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Foi diretor de Planejamento e Gestão do Ministério do Planejamento. Foi professor das disciplinas de Economia Política e Economia Política Internacional no doutorado em direito do Centro Universitário de Brasília, instituição na qual ministrou diversas disciplinas da área de economia, na graduação em Economia, Relações Internacionais, Direito, Administração e</p>

Contabilidade. Foi coordenador de graduação do curso de Economia e de pós-graduação em cursos de especialização. Possui experiência em planejamento, gestão orçamentária, financeira, contábil, de riscos e de investimentos de Fundos de Governo. É membro do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal e do Conselho de Administração da Caixa Participações. Possui dezenas de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, assim como livros e capítulos de livros publicados.

Prof. (a) Dr. (a) Elaine Nolasco Ribeiro

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo — UFES, mestrado em Engenharia Ambiental pela UFES, doutorado em Biotecnologia Industrial pela Universidade de São Paulo — USP. Pós-doutorado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA. Tem experiência de ensino e pesquisa na área de engenharia sanitária e ambiental com ênfase em saneamento ambiental. Possui 15 anos de experiência no ensino superior, 6 artigos publicados em periódicos, 4 capítulos de livros, entre outros.

Prof. Dr. Geraldo Eustáquio Moreira

Possui Licenciaturas em Ciências, pela Universidade Estadual de Goiás — UEG, em Matemática pela UNOESTE/SP e em Pedagogia pelo Instituto Superior Fátima/DF. Possui Pós-Graduação *lato sensu* em Metodologia do Ensino Superior pela UNICLAR; Mestrado em Educação pela UCB e Doutorado em Educação Matemática pela PUC de São Paulo, com Estágio Doutoral no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho (Portugal). É Professor Adjunto da Universidade de Brasília - UnB/FUP, atuando, principalmente, nas Licenciaturas e é Professor/Pesquisador da Pós-Graduação, níveis Mestrado e Doutorado, dos Programas de Educação (PPGE) e Gestão Pública (PPGP), ambos da UnB. Possui mais de 20 anos de experiência na Educação Básica e mais de 15 anos no ensino superior. Foi diretor e coordenador de várias instituições de ensino e cursos. Possui 19 artigos publicados, 2 livros, 9 capítulos de livros, além de inúmeros trabalhos publicados em anais de eventos nacionais e internacionais.

Prof. Dr. Jonilto Costa Sousa

Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário do Distrito Federal — UDF, especialização em Inteligência Organizacional e Competitiva pela UnB, Mestrado e Doutorado em Administração pela UnB. Possui 10 anos de experiência no ensino superior, coordenou ensino à distância em Administração na UnB e no IESB. Tem linha de pesquisa na área de inovação no âmbito das organizações. Tem experiência nas áreas de Administração e de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, qualidade, gestão da inovação, desenvolvimento organizacional. Possui 4 artigos publicados em periódicos, 2 capítulos de livros, entre outros.

Prof. (a) Dr. (a) Luciana de Oliveira Miranda

Bacharel em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC/RJ, Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas — FGV e Doutora em Administração pela UnB. Foi professora da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa — UFV, E, desde 2011 leciona na UnB, totalizando 20 anos de experiência. Atualmente é coordenadora do curso de Gestão do Agronegócio, pesquisadora do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública — CEAG/UnB e Editora da Revista RP3 — Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. Já orientou mais de 120 alunos da graduação e pós-graduação, possui 10 artigos publicados, 2 capítulos de livros, entre outros.

Prof. (a) Dr. (a) Lucijane Monteiro de Abreu

Graduação em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Kennedy, mestrado em Ciências e Técnicas do Meio Ambiente pela — *École Nationale des Ponts et Chaussées* — ENPC/França, especialização e mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, doutorado em Ciências Químicas pela *Université de Rennes I* -França, e pós-doutorado em vigilância sanitária pelo *Ministère du Travail et des Affaires Sociales de la Ville* — França, especialização em Coach Ontológico Empresarial pelo *Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey* — México. Possui 20 anos de experiência no ensino superior na graduação e pós-graduação nas universidades: Católica — UCB, UnB e UFMG. Possui 12 artigos publicados, 2 capítulos de livros, entre outros.

Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Junior

Possui graduação, mestrado e doutorado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco — UFPE com estágio doutoral na Université Pierre Mendès-France. Teve trabalhos de pesquisa premiados pelo Prêmio BNB e Prêmio BNDES de Economia. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia do Setor Público, Pobreza Rural, Economia da Educação e Avaliação de Políticas Públicas. Atuou como gestor na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco. Possui 22 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, 1 livro, 3 capítulos de livros, entre outros.

Prof. (a) Dr. (a) Maria Raquel Gomes Maia Pires

Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará — UECE, mestrado e doutorado em Política Social pela UnB, Pós-doutorado em arte, lúdico e tecnologias educativas para a saúde pela UnB e em Sociologia do gênero, pelo ISCTE/IUL (Lisboa — PT). Professora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília desde 2011. Atuou no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFMG e da UNB, ambos na linha de gestão e avaliação de políticas e serviços de saúde. Pesquisadora líder do grupo de pesquisa Recriar-se/NESPROM - Núcleo de Estudos em Educação, Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos (NESPROM/Ceam/UnB). Produção científica nas áreas de Gestão de políticas públicas, com ênfase na saúde. Possui 31 artigos publicados em periódicos, 4 capítulos de livros, entre outros.

Prof. Dr. Mario Lucio de Ávila

Especialista em Informática na Educação, graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras — UFLA, mestrado em Administração Rural na UFLA, doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Foi coordenador do curso de graduação em Gestão Ambiental e possui 14 anos de experiência como professor universitário. Integrante do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural — PPGMADER. Possui 22 artigos publicados em periódicos, 1 livro, 5 capítulos de livro, entre outros.

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

Graduação em Engenharia Agrônoma, Mestrado em Economia Agrária pela USP, Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, Pós-doutorado em medidas de segurança alimentar pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* — FAO. Possui 15 anos de experiência como professor universitário. Integrante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios - PROPAGA. Atua nas áreas de Segurança Alimentar, Agricultura Familiar, e Desenvolvimento Rural. Possui 38 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, 8 livros, 29 capítulos de livros, entre outros.

PROFESSORES COLABORADORES**Prof. (a) Dr. (a) Annita Valléria Calmon Mendes**

Doutora em Administração pela UnB. Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário do Distrito Federal — UDF, Mestrado em Administração pelo Centro Universitário — UNIEURO, Especialização em Relações Internacionais pela UnB. Servidora pública federal, exerce o cargo de chefe da Divisão de Recursos Humanos, da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil — MRE. Possui 4 artigos publicados em periódicos, 2 livros, entre outros.

Prof. (a) Dr. (a) Maria Julia Pantoja

Graduação e mestrado em Psicologia pela UnB, doutorado em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela UnB. Atualmente é professora adjunta da UnB. Tem experiência na área de Treinamento, Desenvolvimento e Educação — TD&E, com publicações e pesquisas em avaliação da efetividade de programas de Treinamento e Desenvolvimento. Atua em projetos de pesquisa focalizando os seguintes temas: aprendizagem no trabalho, comportamento humano nas organizações, redes sociais em contextos organizacionais, inovação e competitividade. Atuou como Coordenadora Geral de Desenvolvimento Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MPOG do Brasil, atualmente exerce função de Assessora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios — MPDFT e leciona no ensino superior desde 2002. Possui 12 artigos publicados em periódicos, 2 livros e 8 capítulos de livros, entre outros.

6. INFRAESTRUTURA

O *campus* da UnB Planaltina conta com quatro prédios: 1) prédio original inaugurado em 2006, que serve como Unidade de Ensino e Administração (UEA); esse é ocupado principalmente pelas salas dos professores, serviço administrativo e laboratórios; 2) Unidade Acadêmica (UAC) e Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP), inaugurados no ano de 2010 e onde se localizam a maioria das salas de aula, laboratório com 24 computadores, auditório e biblioteca do *campus*; e 3) o prédio da pós-graduação, inaugurado em 2015 e composto de laboratórios, sala para defesa de dissertação ou tese e pela secretaria da pós-graduação. A área construída da FUP é de aproximadamente 7 mil m², sendo 603 m² ocupados pelo prédio da pós-graduação.

A Biblioteca Central (BCE) da UnB dispõe de acervo variado composto de 102.113 títulos, totalizando 285.010 exemplares de livros, periódicos nacionais e internacionais e uma biblioteca digital com teses e dissertações de alunos da Universidade, nas áreas das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. A Biblioteca da UnB no Campus de Planaltina, onde se localiza o PPGP, dispõe de um acervo geral de 3.506 títulos, totalizando 7.017 exemplares, composto por livros, periódicos nacionais e internacionais das áreas de ciências sociais aplicadas e de educação. Além do acervo físico, ambas as bibliotecas oferecem acesso às seguintes bases de dados:

1. Portal de Periódicos CAPES: Portal que fornece acesso a textos completos de artigos de mais de 15.475 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.
2. *Ebrary*: Biblioteca virtual que oferece acesso à íntegra de mais de 76.000 livros em formato digital, sem limite de acesso aos usuários da UnB.
3. *Geoscience World*: Base de dados da área de geociências.
4. *HeinOnline*: Base de dados em texto completo da área de direito. Atualmente conta com mais de 1.350 títulos de periódicos especializados.
4. JSTOR: Base de dados de importantes periódicos com acesso a arquivos retrospectivos em diversas áreas.
5. *Palgrave Dictionary of Economics*: Dicionário científico online da área de economia.

Anexo 1. Ementa e bibliografia das disciplinas

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
<p>FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA</p> <p>Os Fundadores; Conceitos e desenvolvimento dos estudos em administração pública. Evolução do Estado, Evolução da Administração Pública; Reforma da Administração Pública no Brasil; Evolução da Ciência da Administração Pública; Análise do <i>New Public Management</i>, Novo Serviço Público, Teoria da Escolha Pública.</p> <p>Bibliografia:</p> <p>BOGASON, P.; BRANS, M. Training and Teaching: making public administration teaching and theory relevant. <i>European consortium for Political Research</i>, 7: 84-97, 2008.</p> <p>DENHARDT, R. B. <i>Teorias da Administração Pública</i>. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Tradução: Francisco G. Heidmann.</p> <p>DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The New Public Service: Serving Rather than steering. <i>Public Administration Review</i>, 60 (6): 549-559, 2000.</p> <p>DENHARDT, R. B. <i>Teoria Geral de Organizações Públicas</i>. 4.ed. Tradução: Francisco G. Heidemann. Thomson/Wadsworth, 2004.</p> <p>GUERREIRO RAMOS, A. <i>A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações</i>. Trad. Mary Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1981.</p> <p>_____. A modernização em nova perspectiva em busca de um modelo de possibilidades. <i>Revista de Administração Pública</i>, 17 (1): 5-31, jan./mar,1983.</p> <p>KETTLE, D. Public Administration at the Millennium: The State of the Field. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i>, 10 (1): 7 - 34, 2000.</p> <p>OSTROM, V. <i>The Intellectual Crisis in American Public Administration</i>. Tuscaloosa, AL: The University of Alabama Press. Caps. 3 e 4 (42-86), 1973.</p> <p>OSTROM, V.; OTROM, E. Public Choice: A Different Approach to the Study of Public Administration. <i>Public Administration Review</i>, 31 (2): 203-216, 1971.</p> <p>PETERS, B. G. (org). <i>The politics of bureaucracy</i>. 3. ed. New york: Longman, 1989.</p> <p>PETERS, B. G.; PIERRE, J. <i>Handbook of public administration</i>. London: Sage, 2005.</p> <p>READSCHELDERS, J. C. N. Trends in the Study of Public Administration. <i>PAR</i>, 71 (1), 2011.</p> <p>TERRY, L. D. The Thinning of Administrative Institutions in the Hollow State. <i>Administration & Society</i>, 37: 426-444, 2005.</p> <p>WALDO, D. <i>The Administrative State. A Study of the Political Theory of American Public Administration</i>. New York: Holmes and Meier, 1984.</p> <p>WEBER, M. <i>Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva</i> (v. 1). Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.</p> <p>WILSON, W. O Estudo da Administração. <i>Revista do Serviço Público Brasília</i>, 56 (3): 349-366, 2005.</p>
<p>ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO</p> <p>O setor público em uma economia mista. O setor público no Brasil. O papel do governo na economia. Economia do bem-estar: eficiência frente a equidade. Bens públicos, produção pública e burocracia. Externalidades. Escolha pública. Análise da política de gasto público.</p> <p>Bibliografia:</p> <p>AEURBACH A.; FELDSTEIN M. <i>Handbook of Public Economics</i>.</p> <p>ASENSIO, C. M. M. <i>Handbook de Administração Pública</i>. Lisboa: INA Editora, 2013.</p> <p>ATKINSON B. A. and STIGLITZ E. J. <i>Lectures on Public Economics</i>, New York: McGraw Hill, 1980.</p> <p>BACHA, E. L.; BOLLE, M. L. <i>Novos Dilemas da Política Econômica</i>. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p> <p>BIDERMAN, C.; ARVATE, P. <i>Economia do Setor Público no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>GIANNETTI, E. <i>O Valor do Amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p> <p>HYMAN, D. N. <i>Public Finance: a Contemporary Application of Theory to Policy</i>. The Dryden Press, 1990.</p>

INMAN R. P. and RUBINFELD D. L. "Designing tax policy in federalist economies: an overview", *Journal of Public Economics* 60: 307-334, 1996.

MYLES, G. D. *Public Economics*. Cambridge University Press, 1995.

NUNES, A. *Economia e Ideologia: Notas de aula de um curso de introdução à economia política*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SANTOS, J. A. *Economia Pública*. Lisboa: INA Editora, 2012.

SLEMROAD J. "Optimal taxation and optimal tax systems", *Journal of Economic Perspectives* 4: 157-178, 1990.

STIGLITZ E. J. "Pareto efficient and optimal taxation and the new welfare economics", in STIGLITZ E. J. 1995, "The Role of Government in a Contemporary World" IMF, Washington, D.C.

STIGLITZ, J. E. *Economics of the Public Sector*. New York: W.W. Norton & Company, 3^a ed., 2000.

VICKERS J. and YARROW G. 1991, "Economic perspectives on privatization", *Journal of Economic Perspectives*, 5: 111-132.

ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Noções de Estado, Governo e Sociedade. O Estado liberal e o Estado do bem-estar social. Neoliberalismo e o consenso de Washington. Administração pública, políticas públicas e políticas setoriais (econômica, social e de infraestrutura). Estratégias de políticas públicas e novos arranjos institucionais.

Bibliografia:

CAPELLA, A. C. *Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas*. ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; HOCHMAN, G (Orgs). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, n. 21, setembro, 1991.

_____. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. *Revista Lua Nova*, no. 35, pp. 73-113, 1995.

FARAH, M. F. S.. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, 35(1): 119-44, 2001.

FARIA, C. A. P. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59), 2005.

HILL, M. *Implementação: uma visão geral*. In: SARAVALIA, Enrique.; FERRAREZI, E. (orgs). Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP, v. 2, 2006.

HOWLETT, M.; M. RAMESH; A. PEARL. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARQUES, E. S.; FARIA, C. A. P. *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MELO, M. A.; SILVA, P. L. B. *O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes na avaliação de programas e projetos*. Caderno NEPP-UNICAMP, nº 48, 2000.

PARSONS, W. *Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing, 1995.

PECI, A.; PIERANTI, O.P.; RODRIGUES, S. Governança e New Public Management: Convergências e Contradições no Contexto Brasileiro. *Revista Organizações e Sociedade*, v. 15, n. 46, pp. 39-55, Julho/Setembro de 2008.

RUA, M. das G. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. In: RUA, M. G., O Estudo da Política, Paralelo 15, Brasília, 1998.

SARAVALIA, E. *Introdução à Teoria da Política Pública*. In: SARAVALIA e FERRAREZI (Orgs). Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP, v. 1, 2006.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WU, X.; M. RAMESH; M. HOWLETT, S. FRITZEN. *Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos*. Brasília: ENAP, 2014.

TEORIA E PRÁTICA DE PESQUISA CIENTÍFICA

Pesquisa com dados quantitativos e qualitativos: pressupostos, diferenças e semelhanças. Formulação de problema de pesquisa: definição de objetivos, perguntas de pesquisa, hipóteses e justificativa da pesquisa. Elaboração e validação de instrumentos de coleta de dados. Aplicação de técnicas e de instrumentos de coleta de dados: o uso de questionário, entrevistas individuais e coletivas, roteiros de entrevista, observação e análise documental. Coleta e análise de dados.

Bibliografia:

- ALBARELLO, L. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa, 1997.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, 1994. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BOTELHO, D. ZOUAIN (org). *Pesquisa Quantitativa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2006.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre. Bookman, 2003.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2006.
- FLICK, U. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- _____. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre. Artmed, 2009
- _____. Desenho na pesquisa qualitativa. Porto Alegre. Artmed, 2009
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532-550, 1989.
- GRAWITZ, M. *Méthodes des sciences sociales*. Paris, Dalloz, 1996
- HAIR, J.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. São. Paulo, SP. Bookman, 2005.
- LIMA, E. Métodos qualitativos em administração: teorizando a partir de dados sobre processos em uma recente pesquisa. *Anais do 29º Encontro da ANPAD*, 2005.
- LINSTONE, H.; TUROFF, M. *The Delphi Method: Techniques and Applications*. Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
- MILLER, D. C. *Handbook of Research Design and Social Measurement*. New York, Longman, Inc, 1978.
- REA, L. M.; PARKER, R. A. *Metodologia de Pesquisa – Planejamento à Execução*. São Paulo. Editora Pioneira, 2000.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- YIN, R. K. *Case Study Research: Design and Methods*. California, Sage Publications, 1990.
- SELLTIZ, C. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo, EDUSP, 1974.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman, 2003.
- WEICK, K. E. Theory construction as disciplined imagination. *Academy of Management Review*, 14(4): 516-531, 1989.
- WHETTEN, D. A. What constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 14(4): 490-495, 1989.
- WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. Delphi: Uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1(12), 2000.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO

Novas concepções e bases teóricas para a função do Estado em sua relação com as demandas sociais na gestão e controle de políticas públicas. Construção e crise do *Welfare State*, novos atores políticos, novas demandas, novos direitos - Brasil e mundo. Políticas públicas - entre o reconhecimento e a distribuição. Novo desenvolvimentismo - democracia e inclusão social. Gestão pública e controle social no território.

Bibliografia:

- ABRUCIO, F. A Coordenação Federativa no Brasil: A Experiência do Período FHC e os Desafios do Governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, 24: 41-67, 2005.
- ARRECHTE, M. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (40), 1999.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ARRETCHE, M.; RODDEN, J. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. *Dados*, 47 (3): 549-576, 2004.

BENHABIB, S. *Democracy and Difference*. New Jersey: Princeton University Press, 1996

BORON, A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

IPEA. *Brasil em desenvolvimento — Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2010.

MACPHERSON, C. B. *Ascensão e queda da justiça econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARQUES, A. C. (org.) *A deliberação pública*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2009.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PEREIRA, L. C. B. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp, 1999.

ROSANVALLON, P. *A crise do Estado Providência*. Brasília: UnB, 1997.

SANTOS, B. S. *Reinventar la democracia, reinventar el Estado*. Buenos Aires: CLACSO, 2005

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

Diferentes abordagens relacionadas à avaliação de programas governamentais. Análise dos três tipos de modelos de avaliação que orientam o debate recente sobre avaliação: (i) os modelos orientados pela metodologia, centrados na aplicação de métodos experimentais e quase experimentais na análise dos resultados do programa; (ii) os modelos naturalísticos ou construtivistas, que privilegiam a análise da influência do comportamento, dos valores e das interações entre os atores que participam do programa; (iii) os modelos direcionados pela teoria, que enfatizam a importância da identificação das relações de causalidade subjacentes ao programa e o pluralismo metodológico. Construção de sistemas avaliativos e de estratégias para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa nas organizações do setor público.

Bibliografia:

AGUILAR, M. J. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARRETCHE, M. T. S. *Tendências no estudo sobre avaliação*. In: RICO, E. M. (org.). *Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

BANCO MUNDIAL. *Monitoramento e Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens*. Washington, D.C: 2004.

CARVALHO, M. C. B. *Avaliação Participativa – uma escolha metodológica*. In RICO, E. M. (org.). *Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, C. A. P. A política de avaliação das políticas pública. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59), 2005.

FARIA, R. M. *Avaliação de Programas Sociais: Evoluções e Tendências*. In RICO, E. M. (org.). *Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referências teóricas. *Análise e Conjuntura*, 1 (3): 107-127, 1986.

JANNUZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública – RAP*, 36(1): 51-72, 2002.

MYNAIO, C. (org) *Avaliação por triangulação e métodos – Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

RAVALLION, M. The mystery of vanishing benefits: Ms Speedy Analyst's introduction to evaluation. *The World Bank Economic Review*, 15 (1): 115-140, 2001.

ROGERS, P. *Introducción a la evaluación de impacto*. Rockefeller Foundation. 2012.

SHADISH Jr, W. R.; COOK, T. D.; LEVITON, L. C. *Foundations of Program Evaluation: Theories of Practice*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1995.

SOUSA, R. P.; VALTSMAN, J. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, 1, 2011.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Evolução da Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão Estratégica de Pessoas, Gestão por Competências, Políticas de Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Profissional, Gestão do

Desempenho, Dimensionamento da Força de Trabalho, Qualidade de Vida no Trabalho.

Bibliografia:

LACOMBE, B. M. B.; TONELLI, M. J.. O discurso e a prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os modelos de gestão de recursos humanos. *Rev. Adm. Contemp*, 5 (2): 157-174, 2001.

PINTO, M. C. F.; SILVA, F. M. Gestão de Pessoas na Administração Pública Brasileira: uma análise sobre sua evolução histórica e o atual contexto em transformação. *Revista Eletrônica do TCE*, 1(2), 2015.

TRESCASTRO, S. Gestão estratégica de pessoas e balanced scorecard em organizações públicas. *Análise*, 16(2): 265-284, 2005.

CARMO, L. J. O.; DE ASSIS, L. B.; SANCHES JÚNIOR, P. F. Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público: um estudo de caso sobre limites e possibilidades em uma autarquia. *XXXVIII Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro: 2014.

SILVA, F. M; MELLO, S. P. T. A noção de competência na gestão de pessoas: reflexões acerca do setor público. *Revista do Serviço Público*, 62(2): 167-183, 2011.

CAMÕES, M. R. de S. *Análise do processo de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DEMO, G. *et al.* Políticas de gestão de pessoas no novo milênio: cenário dos estudos publicados nos periódicos da área de Administração entre 2000 e 2010. *Rev. Adm. Mackenzie*, 12(5): 15-42, 2011.

ARRANJOS FEDERATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Aspectos teóricos do federalismo, tipologia e a organização da administração pública nas perspectivas das três esferas de poder. Princípio da subsidiariedade e pacto federativo brasileiro. Relação entre descentralização, produção e implementação de políticas públicas. Os entes federativos, a descentralização político-administrativa e tributária, atribuições e competências, relações intergovernamentais, coordenação, sinergias, continuidade e descontinuidade de políticas públicas.

Bibliografia:

AFFONSO, R. A Crise da Federação no Brasil. Ensaio. *FEE*, 15 (2): 321-337, 1994.

AFFONSO, R. B. A. Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade*, 14: 127-152, 2000.

GUIMARÃES, M. C. L. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. *Revista Organização e Sociedade*, 23, 2009.

FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. *A combinação entre federalismo e políticas públicas no Brasil pós-1988: os resultados nas áreas de saúde, assistência social e educação*. Reflexões para Ibero América: A avaliação de programas sociais, ed. Escola Nacional de Administração Pública ENAP. Brasília: ENAP, p. 25-42, 2009.

ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos. *Dados*, 53(3): 587-620, 2010.

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C.; SANO, H. *Coordenação e Cooperação no Federalismo Brasileiro: avanços e desafios*. Estado, instituições e democracia: República. Brasília: IPEA, 1: 177-212, 2010.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung São Paulo: Editora Unesp, p. 496, 2 ed. 2007.

PIRES, M. C. S. Descentralização e subsidiariedade. *Revista de Informação Legislativa*, 37(147): 161-177, 2000.

KERCHE, C.; NAHAS, S. Descentralização e relações intergovernamentais: a produção de políticas sociais no estado de São Paulo. *6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, Campinas, 2008.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A.C. Dinâmicas de participação e institucionalização de políticas públicas. *6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, Campinas, 2008.

PAES, A. P. P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as*

alternativas para a industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

SANTOS, W. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

MADISON, J.; JAY, J. HAMILTON, A. *O Federalista*. In: Os Pensadores (XXIX), São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Aspectos conceituais sobre ética. Desenvolvimento histórico da ética. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Panorama das relações humanas na sociedade. Função da ética. Ética como prescrição de condutas. Valores e normas: o padrão ético. Teorias éticas. Dimensões cognitivas e atitudinais da ética: mérito da ação (intenção e juízo desinteressado); escolha e deliberação; virtudes e caráter; autonomia e responsabilidade. 2. Ética no serviço público - Responsabilidade ética, cidadania e função pública. Administração Pública e ética na sociedade. O padrão ético do serviço público. Premissas da conduta ética na função pública. Aspectos conceituais da vida pública: república e democracia; estado, cidadania e império da lei; cargo público; prestação pública de contas (*accountability*). Ética e Transparência como instrumento da gestão pública. Estratégias para a promoção da ética no serviço público.

Bibliografia:

ALMINO, J. *O segredo e a informação: ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AVRITZER, L.; BIGNOTO, N.; GUIMARÃES, J; STARLING, H. (Orgs.) *A corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Presidência da República*. Desvios éticos: risco institucional. Brasília: 2002.

_____. *Decreto n. 1171*. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público].

_____. *Lei 8.122*. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117].

_____. *Lei 8429*. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12].

_____. Presidência da República. *Código de Conduta da Alta Administração Federal e normas complementares*. 4.ed., Brasília: 2009.

_____. *Decreto 6.029*. Brasília: 2007. [Gestão da Ética]

_____. *Decreto 4.081, de 11/1/2002*. [Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República]

_____. *Lei 8.027*. Normas de conduta dos servidores públicos e civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Brasília: Senado, 12.04.1990.

_____. Comissão de Ética Pública, criada pelo *Decreto de 26/5/199*

_____. *Resolução n. 2, de 24/10/2000*. Regula a participação de autoridade pública abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal em seminários e outros eventos.

_____. *Resolução n. 3, de 23/11/2000*. Estabelece regras sobre o tratamento de presentes e brindes aplicáveis às autoridades públicas abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.

_____. *Resolução n. 5, de 7/6/2001*. Aprova o modelo de Declaração Confidencial de Informações a ser apresentada por autoridade submetida ao Código de Conduta da Alta Administração Federal, e dispõe sobre a atualização de informações patrimoniais para os fins do art. 4º do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

_____. *Resolução n. 8, de 25/9/2003*. Identifica situações que suscitam conflito de interesses e dispõe sobre o modo de preveni-los.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADO À GESTÃO PÚBLICA

Estudar técnicas estatísticas para análise de conjuntos de dados do setor público que contenham uma ou múltiplas variáveis. Os resultados gerados por tais ferramentas serão utilizados como suporte para à tomada de decisão. Serão abordados os métodos mais utilizados para análise de dados como, por exemplo: análise de regressão, análise fatorial, testes paramétricos e testes não paramétricos.

Bibliografia:

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica*. 5. ed., São Paulo: Mac Graw Hill, 2011.

HAIR Jr. J. F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

PESTANA, M. H e GAGEIRO, J. N. *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*. 4. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2005.

MARÔCO, J. *Análise de Equações Estruturais. Fundamentos teóricos, software e aplicações*. 2. ed. 2014.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Importância Gerencial dos Indicadores Sociais como fonte para o Planejamento e Tomada de Decisões. Aspectos Filosóficos e metodológicos. Indicadores Sociais: do conceito às medidas; Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos; Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil. Os Censos Demográficos. As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Estudo sobre as fontes de dados e indicadores econômicos. Dados e Indicadores Econômicos: Principais boletins de conjuntura; Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Bibliografia:

SILVA e SOUZA-LIMA. *Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Ed. Saraiva, 2010.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

GUIMARÃES, J. R. S; JANNUZZI, P. M.. Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais*, 7(1): 73-89, 2005.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2): 137-160, 2005.

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Análise da avaliação como ferramenta de gestão pública. Apresentação da relevância da avaliação na formulação e ajuste de políticas públicas. Histórico da avaliação no setor público. Classificação e tipos de avaliações mais utilizadas. Indicadores de Resultados. Revisão das metodologias mais utilizadas em avaliação de programas. Métodos quantitativos e qualitativos. Métodos mistos. Estudos de caso em avaliação de programas no contexto internacional e nacional.

Bibliografia:

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CASSIOLATO, M; GUERESI, S. *Nota técnica. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação – Nota técnica*. Brasília: IPEA, 2010.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Editora Vozes: Petrópolis, 1993.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2006.

KHANDKER, S. R., KOOLWAL, G. B., SAMAD, H. A. *Handbook on Impact Evaluation: Quantitative Methods and Practices*. Washington, D.C: The World Bank, 2010.

WHORTEN B. R.; SANDERS J. R.; FITZPATRICK J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos. Identificação, avaliação e mitigação dos impactos ambientais Avaliação como instrumento de gestão. Avaliações ex-ante e ex-post. Fundamentos, bases conceituais, tipos e terminologia da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Processo e procedimentos aplicados na AAE. Implementação e princípios operacionais do processo de AAE. Requisitos de aplicação. Relação AAE com instrumentos de políticas e de gestão ambiental.

Bibliografia:

PARTIDÁRIO, M. R. *Strategic environmental assessment - principles and potential*. In: Handbook on Environmental Impact Assessment, v. I. Petts, Judith (ed.), Blackwell, London, 1999.

_____. *Strategic environmental assessment: regulations and guidelines worldwide*. In: The Practice of Strategic Environmental Assessment. Therivel & Partidário (Eds). London, Eartscan: 15-29. 1996b.

_____. Elements of SEA framework – improving the added-value of SEA. *Environmental Impact Assessment Review*, 20: 647-663, 2000.

_____. *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica*. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, 59 p., 2007.

_____. *Conceitos, evolução e perspectivas da avaliação ambiental estratégica*. Ministério de Meio Ambiente, Brasília, 91 p. 2002

NOBLE, B. F. Strategic Environmental Assessment: What is It? What Makes It Strategic? *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, 2(2): 203-224, 2000.

SANCHEZ, L. E. *Avaliação ambiental estratégica e sua aplicação no Brasil*. 2008. Disponível: <<http://www.ica.usp.br/ica/aaeartigo.pdf>>. Acesso: 8 de janeiro de 2013.

TEIXEIRA, I. M. V. *O uso da avaliação ambiental estratégica no planejamento da oferta de blocos para exploração e produção de petróleo e gás no Brasil: uma proposta*. Tese de doutorado, Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 308 p. 2008.

GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

Conceitos de Qualidade e Produtividade. Qualidade em Serviços. Evolução da Gestão da Qualidade. Sistemas de Gestão da Qualidade no serviço público. Métodos e Ferramentas aplicadas na gestão de serviços públicos.

Bibliografia:

BOUCKAERT, G.; HALLIGAN, J. *Managing Performance: International Comparisons*. Routledge. 2008.

BOYNE, G. *et al. Public Service Performance: Perspectives on Measurement and Management*. Cambridge University Press. 2006.

CARR, D. K. *Excelência nos serviços públicos: gestão de qualidade total na década de 90*. Rio de Janeiro: Quality mark, 1992.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. *Administração de produção e operações manufaturada e serviços: uma abordagem estratégica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007, 690 p.

CORREA, H. L.; CAON, M. *Gestão de serviços*. São Paulo, Atlas, 2002.

SHIBA, S. *et al. TQM: quatro revoluções na Gestão da Qualidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOTTFREDSON, M.; SCHAUBERT, S. *Administração de Alto Impacto: como os melhores gestores alcançam resultados extraordinários*. Campus Elsevier. 2008.

LOVELOCK, C.; WRIGHT, L. *Serviços: Marketing e Gestão*. São Paulo: Saraiva, 2003.

LIMA, P. D. B. *A Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia da gspública*. Rio de Janeiro: Quality mark, 2007.

MARTINS, H.; MARINI, C. *Guia de Governança para Resultados*. Ed. Publix, 2010.

POLLITT, C.; HARRISON, S. (eds). *Handbook of Public Services Management*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G.; LOFFLER, E. *Making Quality Sustainable: Co-Design, Co-Decide, Co-Produce, Co-evaluate*. Conclusions of the 4QC Quality conference for Public Administrations in the EU, Finnish Ministry of Finance, Helsinki, 2006.

ORÇAMENTAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

O papel da ideologia na ciência econômica e no orçamento. A elevação dos gastos públicos no Brasil e no mundo. A relação entre orçamento, finanças públicas e as políticas públicas. O papel do estado e da livre concorrência em uma economia de mercado. O orçamento público e o equilíbrio fiscal. A política fiscal, monetária e cambial e as finanças públicas. Tributação e gasto Público. Aspectos teóricos e operacionais sobre orçamento público.

Bibliografia

ABRUCIO, F. L. “Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas”. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, vol.41, nº.esp, 2007.

pp. 67-86.

AFONSO, J. R. R.; SOARES, J. S.; CASTRO, K. P. Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário brasileiro. Livro branco da tributação brasileira. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2013.

ALMEIDA, P. R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica 2004. (Mimeo).

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo: Campos/Elsevier, 2005.

FROTA, C. L. K; CALMON, P. C. D. P. A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 48 (1): 156-81, jan./fev.2014.

GARCIA, R. C. “Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental”. Brasília, IPEA, Texto para Discussão n. 776, 2001.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, F. Finanças Públicas: teoria e Prática no Brasil. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

LIMA, E. C. P. “Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil”. Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, junho-dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em 15 mai 2017.

MACIEL, P. J. Finanças Públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47(5): 1213-241, set./out.2013.

NUNES, A. As teorias de Justiça e a equidade no Sistema Único de Saúde no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, número 37, jul.dez.2011, IPEA, Brasília, 2011.

NUNES, A. Economia e Ideologia: Notas de aula de um curso de introdução à economia política. Editora CRV, 2012.

OLIVEIRA, J. A. P. “Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas”. RAP, Rio de Janeiro N°40, v. 1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

PÓ, M. V.; ABRUCIO, F. L. “Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças”. RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. pp. 679-98.

REZENDE, F. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SIMÕES, L. S. Os conceitos de liberdade de Isaiah Berlin e a democracia. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

MÉTODOS QUALITATIVOS APLICADO À GESTÃO PÚBLICA

O planejamento da pesquisa qualitativa, a elaboração do projeto de pesquisa e seu plano metodológico. Construto, validade, confiabilidade, controvérsias e contradições dos métodos de pesquisa qualitativa. Modalidades, limites e possibilidades dos diferentes métodos qualitativos de pesquisa.

Bibliografia:

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. *Pesquisa Qualitativa em Organizações: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

BARDIN, L. *Análise do discurso*. Lisboa: Edições 70, 1994.

SILVERMAN, D. *Qualitative Research: Theory, Methods and Practice*. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage, 2004.

_____. *Doing Qualitative Research – A Practical Handbook*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

_____. *Interpreting Qualitative Data – Methods for Analyzing Talk, Text and Interaction*. Thousand Oaks: Sage, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24): 149-161, 2003.

GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER P. (orgs.) *Case Study Method: Key Issues, Key Texts*. London: Sage Publications, 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO TERRITÓRIO

Teorias e modelos de planejamento governamental. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Características e etapas do planejamento. Métodos e técnicas do planejamento. Estrutura e sistema de planejamento governamental: PPA. Planejamento e políticas públicas. Técnicas de programação governamental. Avaliação e acompanhamento de ações governamentais.

Bibliografia

- AGHION, P.; DURLAUF, S. N. (Editors). *Handbook of Economic Growth*, v. 1A, North-Holland, Elsevier, New York, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- CARVALHO, HORÁCIO M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- DIAS, M. H. A. (Org.). *Macroeconomia dinâmica: crescimento, ciclos, desenvolvimento e política econômica*. Maringá: PME-UEM, 2002.
- HUERTAS, F. *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970
- MATUS, C. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- MATUS, C. *Adeus, senhor presidente: governantes governados*. São Paulo: FUNDAP, 1997
- REDDY, S.; MINOIU, C. *Development aid and economic growth: A positive long-run relation*. International Monetary Fund.
- STIGLITZ, J.; OCAMPO, J. A.; SPIEGEL, S.; FRENCH-DAVIS, R.; NAYYAR, D. N. *Stability with Growth: Macroeconomics, Liberalization and Development*. New York: Oxford University Press, 2006.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Conceitos básicos e perspectivas da tecnologia. Conceitos Básicos em Inovação e em Teoria da Firma. A Firma e a Inovação. Ciência, P&D e indústria. Invenção, inovação e difusão da tecnologia. Progresso técnico e mudança estrutural. Abordagem evolucionária da inovação, difusão e aprendizado. Inovações e análise setorial. Inovação e instituições. Políticas Públicas para a Inovação. Inovação e desenvolvimento regional.

Bibliografia

- BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. (org.). *Inovação em serviços intensivos em conhecimento*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- BESSANT, J.; TIDD, J. *Inovação e Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. *As regras da inovação*. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. *Gestão da Inovação*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- TIGRE, P. B. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- CHRISTENSEN, C.; ANTHONY, S. D.; ROTH, E. A. *O futuro da inovação: usando as teorias da inovação para prever mudanças no mercado*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.
- DAY, G. S.; SCHOEMAKER, P. J. H.; GUNTHER, R. E. *Gestão de tecnologias emergentes*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- MATTOS, J. R. L.; GUIMARÃES, L. dos S. *Gestão da tecnologia e da inovação: uma abordagem prática*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. S. (org). *Inovação organizacional e tecnológica*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- PRAHALAD, C. K.; KRISHNAN, M. S. *A nova era da inovação: a inovação focada no relacionamento com o cliente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (org). *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

TERRITÓRIO E PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de território. A evolução do conceito de território nas ciências sociais. O território como espaço de convergência e campo de forças sociais de desenvolvimento. As distintas

escalas do território. Território e Territorialidade. Cultura e Identidade Territorial. Concepções de Desenvolvimento. O debate contemporâneo sobre o desenvolvimento. Desenvolvimento como discurso político-normativo. Desenvolvimento territorial: políticas públicas e processos.

Bibliografia

ARAÚJO, T. B. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

ALVA, E. N. *Metrópoles (In)sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

COSTA, W. M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

FALUDI, A. *A Reader in Planning Theory*. Oxford: Pergamon Press, 1973.

HEALEY, P.; KHAKKEE, A.; MOTTE, A.; NEEDHAM, B. *Making Strategic Spatial Planning – innovations in Europe*. Londres: UCL Press.

HAESBAERT, R. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: Território, Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF/AGB, 2002.

_____. *O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997 (23ª edição).

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, W. *Democracia: o Governo de Muitos*. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Concepção, Elaboração e Implementação de Políticas Públicas. Princípios de transparência governamental, justiça social e equidade. Ciclo político, Arena política e Redes públicas. Avaliação *ex-ante*, *ex-post* e monitoramento de políticas públicas. Estudos aplicados de Governança e Políticas Públicas nas Três Esferas do Governo. Conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Efetividade de políticas públicas e sustentabilidade.

Bibliografia

CLAYTON, A. M. H.; RADCLIFFE, N. J. *Sustainability: a systems approach*. Cambridge, MA: Westview, 1996.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 37(5), 969-92, 2003.

FILELLINI, A. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 1994.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 2001.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21: 211-259, 2000.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LASWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books, 1936.

LONG, E., et. al., The Paradox of Implementing the Government Performance and Results Act: Top-Down Direction for Bottom-Up Implementation. *Public Administration Review*, 64 (3): 309-19, 2004.

LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics*, 16: 677-715, 1964.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. USA: Cambridge University Press, 2002.

OLIVEIRA, G. B. de; SOUZA-LIMA, J. E. (orgs.). *O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. São Paulo: Annablume, 2006

O'TOOLE, L. J. , et. al. Parkinson's Law and the New Public Management? Contracting Determinants and Service-Quality Consequences in Public Education. *Public Administration Review*, 64 (3): 342-52, 2004.

BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: ed. Brasiliense, 2a. ed., 1994.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, 8 (16): 20-45, 2006.

SLOMSKI, V. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005

STOKER, G. *Urban political science and the challenge of urban governance*. In: Jon Pierre (Org.). *Debating governance: authority, steering and democracy*. New York: Oxford University Press, 2000

SILVA, J. A. da. *Direito Ambiental Constitucional*. 4. Ed. SP: Malheiros Editores, 2004.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. *Políticas Públicas e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010

SILVA, C. L. (org). *Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, C. L. da. *Desenvolvimento Sustentável: um conceito multidisciplinar*. In: SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. *Reflexões sobre a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Fundamentos para o estudo de diferentes modelos que examinam o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Ênfase em modelos conceituais que examinam as políticas públicas e o processo decisório.

Bibliografia

BENDOR, J.; MOE, T.; SHOTS, K. Recycling the Garbage Can: An Assessment of the Research Program. *American Political Science Review*, 2001:169-190.

BONAFONT, L. C. *Redes de Políticas Públicas*. Madrid: Siglo Vientiuno de Espana Editores, 2004

BOSCARINO, J. *Surfing for Problems: Advocacy Group Strategy in US Calmon*, Paulo. Notas sobre Redes de Políticas Públicas. Mimeo, 2010.

JONES, B. Bounded Rationality and Political Science. Lessons from Public Administration and Public Policy. *Journal of Public Administration Theory and Research*, 13: 395 - 412, 2003.

KAHNEMAN, D. *Thinking, Fast and Slow*. New York, Penguin Books, 2011.

KINGDON, J. W. *Agendas, Alternatives ad Public Policies*. Boston: Longman, 2011.

MARCH, J. G. Como as Decisões Realmente Acontecem: Princípios de Tomada de Decisões. São Paulo: Editora Leopardo, 2010.

MINTROM, M.; PHILLIPA, N. Policy Entrepreneurship and Policy Change. *The Policy Studies Journal*, 2009.

MORTENSTEIN, P. Political Attention and Public Spending in the United States. *The Policy Studies Journal*, 2009.

OLSEN, J. Garbage Cans, New Institutionalism, and the Study of Politics. *American Political Science Review*, 95 (1): 191 - 198, 2001.

ROBINSON, S. E.; WARREN, S. E. Participation in Policy Streams: Testing the Separation of Problems and Solutions in Sub national Policy Systems. *The Policy Studies Journal*, 38 (2): 199 - 216, 2010.

SABATIER, P.; CHRIS W. *The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications*. In *Theories of the Policy Process*, Edited by Paul Sabatier. Boulder: Westview Press, 2007.

TRUE, J. *et al.* Punctuated-Equilibrium Theory; Explaining Stability and Change in Public Policy Making. In *Theories of the Policy Process*, Edited by Paul Sabatier. Boulder: West view Press, 2007.

YU, A. S. O. (Coord). *Tomada de Decisão nas Organizações: uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS

Análise da demanda x oferta do bem ou serviço objeto do projeto. Estabelecimento de prioridades. Definição da abrangência. Fatores técnicos, sociais e ambientais que afetam a viabilidade. Análise SWOT . Pontos fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças. Estudo da viabilidade econômica do projeto , relação custo benefício. Técnicas e ferramentas de planejamento de recursos ; El Gant; PERT-CPM. Orçamento final. Controle, gerenciamento e acompanhamento do projeto, feedback parcial e final - accountability.

Bibliografia

ADEKUNLE, S. E. Applying integrated project-management methodology to hydrocarbon-portfolio analysis and optimization. *Journal of Petroleum*, 59 (12), 44-49, 2007.

ANDERSEN, E. S. Toward a project management theory of renewal projects. *Project Management Journal*, 37(4): 15-30, 2006.

BRITTO, P. *Análise e viabilidade de projetos de investimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.

CASAROTTO FILHO, N. *et al. Gerencia de projetos: engenharia simultânea*. São Paulo: Atlas, 1999.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. *Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia*. Tradução de Flávio Deni Steffen. São Paulo: Makron Books, 1993.

HELDMAN, K. *Gerencia de projetos*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MEILLIR PAGE-JONES. *Gerenciamento de projetos*. São Paulo: Makron Books, 1994.

ANÁLISE APROFUNDADA DE CASOS

Consiste na investigação aprofundada de um caso, seja com especificidades particulares, ou coletivas, o método monográfico no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.

Bibliografia:

BECKER, H. S. *Becoming a marijuana user*. In: BECKER, H. S. (Ed.), *The outsiders*. New York: Free Press, 1963.

MERTON, R. K.; FISKE, M.; KENDALL, P. L. *The focused interview: A manual of problems and procedures*. (2 ed.). New York: Free Press, 1990.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Analyzing qualitative data: A source book for new methods*. Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

PETERSON, K. A.; BICKMAN, L. *Using program theory in quality assessments of childrens mental health services*, 1992.

WESTPORT, C. T.; GREENWOOD, R. D. J.; HUEBNER, R. B. *Using research and theory in developing innovative programs for homeless individuals*. In CHEN H. T.; ROSSI, P. (Eds.), *Using theory to improve program and policy evaluations* (pp. 129-144), 1992.

WESTPORT, C. T.; GREENWOOD, S. W. *Notes on case studies of instructional media projects*. Working paper, the Academy for Educational Development, Washington, DC, 1971.

THOCHIM, W. Outcome pattern matchig and program theory. *Evaluation and Program Planning*, 12: 355-366, 1989.

YIN, R. K.; YATES, D. *Street-level governments: Assessing decentralization and urban services*, 1975.

LEXINGTON, M. A, YIN, R. K. *Studying the implementation of public programs*. In W. Williams *et al.* (Eds.), *Studying implementation: Methodological and administrative issues* (pp. 36-72). Chatham, NJ: Chatham House, 1982.

TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA I E II

Disciplina tem como objetivo discutir métodos e temáticas atuais e relevantes da Administração Pública, buscando enriquecer as aulas com a participação de profissionais do setor público. A ementa e bibliografia são disponibilizadas no ano/semestre de oferta.

PRÁTICA DE DOCÊNCIA

Possibilidade de alunos ministrarem aula em alguma disciplina de graduação da FUP sob a tutela do prof. responsável da disciplina.